

Deslocados internos ambientais de Maceió, Brasil (2018–2023): Abordagem jurídica e política do desastre da Braskem¹

Andrea Pacheco Pacífico²

Paulo Renato Rodrigues de Melo³

Raquel Bandeira Timóteo⁴

Resumo

O artigo analisa os impactos do desastre em Maceió, provocado pela exploração de sal-gema pela empresa Braskem, que resultou na desestabilização do solo e no deslocamento de milhares de pessoas, entre 2018 e 2023. Os autores abordam o desenvolvimento da exploração mineral na região e as consequências socioeconômicas e ambientais dessa atividade, destacando deficiências no ordenamento jurídico e político brasileiro na proteção dos direitos humanos dos deslocados internos por desastres. A pesquisa foi avançada, bibliográfica, com entrevistas e trabalho de campo, qualitativa e explicativa, com método dialético. Seus resultados revelam a inadequação de respostas institucionais para garantir proteção legal dessas populações.

Palavras-chave

Desastre; Braskem; Deslocados Internos Ambientais; Maceió; Proteção.

Environmentally Displaced Persons of Maceio, BR (2018–2023): Legal and Policy Approaches of the Braskem Disaster

Abstract

This article shows the impacts of the disaster in Maceio, provoked by exploitation of Salt rocks by Braskem Company, resulting in soil destabilisation and displacement of millions between 2018 and 2023. The authors highlight the development of this mineral exploitation in the region and the socio-economic and environmental consequences of this activity, emphasising deficiencies in the Brazilian legal and political Order in protecting human rights of internally displaced persons (IDPs) by disasters. The research was advanced, bibliographic, with interviews and fieldwork, qualitative, and explanatory, based on dialectic method. The results show inadequate institutional responses to ensure legal protection of these populations.

Keywords

Disaster; Braskem; Environmentally Internally Displaced Persons; Maceio; Protection.

Artigo recebido em fevereiro de 2025

Artigo aceito em março de 2025



Considerações Iniciais

Este artigo investiga, cronologicamente, os fatos relacionados aos impactos do desastre ocorrido em Maceió, Alagoas, entre 2018 e 2023, devido à exploração da sal-gema no solo e ao surgimento de deslocados internos ambientais como consequência. A escolha do tema se justifica pela relevância de entender o impacto social, econômico e ambiental causado pela exploração de sal-gema na região, que resultou na instabilidade do solo e no deslocamento de mais de 60 mil pessoas, de cinco bairros do município, culminando em mais de cem mil afetados diretamente. A ausência de definição de deslocados internos ambientais, em texto juridicamente vinculante, no regime internacional e no nacional, dificulta a responsabilização de empresas causadoras de desastres. Esses deslocados são indivíduos ou grupos forçados a abandonar suas residências devido a, entre outros, fatores ambientais adversos, como desastres ou atividades humanas, que afetam diretamente suas condições de vida. Pacífico e Gaudêncio (2014) e Pacífico (2022) adotam o termo “deslocado ambiental” para descrever aqueles que se deslocam temporária ou permanentemente, dentro ou fora de seu país, devido a “mudanças bruscas ou progressivas no ambiente” que afetam negativamente suas vidas. Esses deslocados são forçados a deixar suas casas por falta de meios de sobrevivência, ou optar por sair, devido a uma combinação de fatores ambientais, econômicos, políticos ou sociais. Portanto, há uma ampla gama de situações, não se limitando a eventos ambientais isolados, mas incluindo também conflitos relacionados ao ambiente. A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), parecer nº 5.191.715, de 03.01.2023, investiga os deslocados internos ambientais resultantes do afundamento de Maceió, Alagoas (2018–2022), visando reconhecê-los e dar-lhes visibilidade. Primeiramente, o artigo discute a origem e o desenvolvimento da exploração de sal-gema em Maceió, dos anos 60 até a fundação da Braskem. Em seguida, analisa-se a fase inicial do desastre,

que ocorreu com o afundamento do solo, em Maceió, em 2018, e resultou na instabilidade da população e nos primeiros deslocamentos. Por fim, abordam-se os anos seguintes até 2023, destacando desafios adicionais trazidos pela pandemia de COVID-19 e esforços legais e sociais para mitigar o impacto do desastre sobre os deslocados, a partir de Pacífico (2022). A pesquisa, baseada nos métodos histórico e indutivo, foi qualitativa, bibliográfica, com coleta de dados em campo e entrevistas com autoridades e deslocados.

Da Salgema à Braskem

A origem da exploração do sal-gema em Maceió ocorreu por um ato de casualidade (CAVALCANTE, 2020), a partir da exploração mineral com sondas usadas para perfurar o solo em áreas de mangue da Lagoa Mundaú. Ali, encontraram indícios de sal-gema, em uma profundidade de 900 metros, nos anos 1940. A descoberta reforçou a percepção do valor mineral da região e estimulou o interesse por sua exploração (BARROS FILHO, 2022).

Esse potencial atraiu a atenção de empresários nacionais e internacionais para a área de canais e lagoas de Maceió, como o engenheiro Euvaldo Luz – o arquiteto por trás da concepção e da organização dos trabalhos de pesquisa, que culminariam na formação da indústria Salgema S/A (CAVALCANTE, 2020), como confirmado pelo Sr. Afrânio Lages Filho, filho do governador da época, que participou das reuniões e era o dono do terreno vendido para a construção da petroquímica.

Durante o governo estadual de Afrânio Lages, em 1974, a implantação da Salgema S/A teve início, em um contexto de dinamismo econômico no Brasil. Naquele período, avançaram planos para construção da fábrica de cloro-soda, do campo de salmoura e do terminal marítimo do projeto. Contudo, a administração da empresa enfrentou mudanças na composição acionária, com diversas alterações até 1975, quando a Petroquisa, subsidiária da Petrobrás para o setor petroquímico, entrou como investidora (BARROS FILHO; LUEDEMANN, 2021).





Luz, pioneiro do projeto, vendeu suas ações à Petroquisa em 1975, momento em que a empresa passou a compartilhar o controle com o grupo estadunidense *Dupont*, transformando-se em uma empresa de capital misto, público e privado (BARROS FILHO, 2022). Essas tensões persistiram ao longo da história da empresa, culminando, em 1976, com o início das atividades de extração de sal-gema para produção de cloro e soda cáustica na fábrica do Pontal da Barra.

A localização da empresa no bairro do Pontal da Barra resultou na desvalorização das áreas circundantes, como o bairro do Trapiche da Barra, devido aos riscos associados à exploração petroquímica. A proximidade da empresa com a Laguna Mundaú e outras áreas ambientalmente frágeis de restinga exacerbou preocupações ambientais e sociais, com impacto significativo para famílias locais, que dependiam da pesca como principal meio de subsistência (SILVA, 2021).

A oposição da sociedade civil à instalação da empresa se refletiu em debates acalorados e manifestações públicas, com destaque para o “Movimento pela Vida”, em 1985, em resposta à proposta de ampliação da capacidade operacional da Salgema (CAVALCANTE, 2020). Essa resistência da sociedade civil refletiu preocupações com os impactos ambientais imediatos e com os riscos para a saúde pública e a qualidade de vida dos moradores, buscando conscientizar a população sobre os potenciais danos causados pela industrialização desenfreada e destacando a necessidade de considerar os aspectos sociais e ambientais na formulação de políticas de desenvolvimento econômico.

Em entrevista para esta pesquisa, Fonseca e Silva (2024), fundador e ex-diretor do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL) – criado em 1975, detalhou o contexto da época, com falta de legislação específica para regular as atividades ambientais e o alerta de Marques (2024) para riscos de subsidência para a cidade.

Ao longo de décadas de atuação, a trajetória da Salgema S/A – hoje Braskem – foi marcada por acidentes, vazamentos de produ-

tos químicos e poluição do complexo lagunar de Maceió. Um dos acidentes mais graves ocorreu em 1995, com o vazamento de 150 toneladas de 1,2-Dicloroetano (DCE), substância altamente corrosiva e tóxica, resultando em multas e preocupações com os impactos na saúde pública e no meio ambiente local.

Entre 1976 e 1995, a Salgema S/A transitou sob um sistema de capital tripartite, composto por atores estatais, multinacionais e de capital privado nacional, com a maior parte de sua estrutura acionária incorporada ao âmbito estatal (BARROS FILHO, 2022). Essa dinâmica foi substancialmente modificada nos anos 1990, com a ascensão do neoliberalismo (NEGRÃO, 2004): em 1995, ela foi privatizada e o grupo Odebrecht assumiu seu controle majoritário. Nessa fase, ela passou a se chamar Trikem. Em 2002, houve a fusão de Copene, OPP, Trikem e Proppet, quando a Braskem nasceu, cimentando sua posição como uma das principais produtoras de polímeros nas Américas (SANTOS, 2021).

O surgimento da Braskem, no início dos anos 2000, marcou o início de um processo de escalonamento do sucesso da empresa. Ao longo das duas primeiras décadas de sua existência, ela buscou fortalecer sua imagem, destacando sua responsabilidade social com o bem-estar social e ambiental. Para Rodrigues, Callou e Leite (2023), suas ações públicas evidenciam uma tentativa de construir uma imagem de si que dialogue com valores sociais ancorados em sustentabilidade e responsabilidade social.

Por exemplo, ela patrocinou o *Big Brother Brasil*, em 2023, e o festival de música *Lollapalooza*, promovendo o slogan “Seu lixo tem futuro” (BRASKEM, 2023), como parte de uma estratégia de *marketing* para melhorar a imagem pública da empresa. Contudo, estas iniciativas ocorreram paralelamente às dificuldades enfrentadas por milhares de famílias que sofrem as consequências do desastre atribuído à sua irresponsabilidade corporativa.



A fase inicial do desastre (2018 e 2019)

O dia 15 de fevereiro de 2018 marca o início de uma tragédia em Maceió que atingiu mais de 100 mil pessoas (FRAGOSO, 2023). Naquela data, após um período de fortes chuvas, que comumente ocorriam naquela época do ano (BARROS FILHO, 2022), moradores do bairro do Pinheiro identificaram grandes rachaduras no solo em cerca de três quarteirões. Este evento alarmou a Defesa Civil municipal, que não tinha conhecimento de suas causas.

Em seguida, no dia 3 de março de 2018, tremores de magnitude 2,4 na escala Richter foram registrados na capital, afetando os bairros de Pinheiro, Serraria, Farol, Bebedouro, Jatiúca e Cruz das Almas. Este fenômeno intensificou a preocupação de moradores e autoridades locais, agravando a situação e aumentando a urgência de investigações para determinar suas causas.

Na época, as autoridades não determinaram as possíveis causas dos tremores e rachaduras, mas o geólogo Abel Galindo informou aos autores desta pesquisa, em 2024, que ele publicou, em 2021, a seguinte hipótese: “Pode ser acomodação do solo, a cerca de 300 metros de profundidade. Mas é preciso pesquisar, fazer análise geofísica e perfurações profundas para ter uma certeza do que está acontecendo”.

Os trabalhos de acompanhamento da situação, em 2018, foram conduzidos pelo Ministério Público Estadual de Alagoas (MP/AL), que, de acordo com o Ministério Público Federal – MPF/AL (MPF, 2019a), instaurou um procedimento administrativo seguido por uma reunião de trabalho na Prefeitura de Maceió, reunindo MPF/AL, Defesa Civil estadual e municipal, outros órgãos do governo estadual, e especialistas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para pensar possíveis causas e maneiras de se lidar com a situação.

Até aquele momento, a Braskem demonstrava preocupação em solucionar o caso (MADEIRO, 2018). Em entrevista para esta pesquisa, o então gerente de *marketing* e relações institucionais da Braskem, Dr. Milton Pradines (2024), afirmou que estava colaborando com as auto-

ridades e que não havia evidência que relacionasse os abalos sísmicos com as operações da unidade de mineração da empresa, acrescentando que contratou consultores especializados para apoiar na investigação, inclusive na avaliação de poços já desativados.

O Sr. Pradines (2024) destacou que desde o início a Braskem adotou dois pilares de atuação: a segurança das pessoas e o entendimento e resolução do problema geológico. A empresa atuou para prevenir um problema maior, salvaguardando a segurança das pessoas e animais e instalando diversos equipamentos de medição sísmica. Ele afirmou que a região dos 35 poços é atualmente a mais monitorada do Brasil. Segundo ele, a Braskem trouxe especialistas do mundo inteiro para entender o fenômeno geológico e adotar as melhores práticas de prevenção. Para ele, apesar dos impactos da realocação de cerca de 15 mil famílias, a maioria das propostas de indenização foi aceita, com índices de aceitação elevados.

Em janeiro de 2019, o prefeito de Maceió da época, Rui Palmeira (GUSTAVO; RODRIGUES, 2019), declarou que a Defesa Civil Municipal e a Nacional estavam agindo em conjunto para criar um plano de contingência, em caso de maiores desastres, já que relatos de novas rachaduras aumentavam com o tempo. Junto com essas rachaduras, novos buracos surgiram no bairro do Pinheiro, forçando a Defesa Civil a evacuar prédios, interditar ruas e fazer visitas técnicas ao bairro. A situação se tornou crítica, com mais de 300 famílias deixando as áreas de risco.

A economia da região também foi fortemente afetada, agravando principalmente o faturamento dos empresários, já que 95% deles reportaram quedas significativas após o surgimento das rachaduras (FE-COMÉRCIO, 2019). A Associação dos Empresários do Pinheiro, representada, em entrevista, por seu presidente Alexandre Sampaio (2022), criada para dar voz e visibilidade aos empreendedores afetados, destacou que aproximadamente 30 mil pessoas perderam suas fontes de renda, resultando no empobrecimento generalizado e na quebra da cadeia produtiva local. Muitos empresários, forçados a fechar seus



negócios, enfrentaram perdas irreparáveis e falta de reconhecimento adequado pela Braskem, agravando ainda mais a situação econômica.

Em resposta à crise, procuradoras do MPF/AL começaram a acompanhar simulações de evacuação no bairro do Pinheiro, enquanto equipes de geólogos continuavam seus estudos para identificar as causas das rachaduras (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019b). Com o tempo, outros bairros começaram a ser atingidos, ampliando a área de preocupação e a necessidade de intervenções. Os esforços combinados de autoridades e especialistas visavam mitigar os impactos do desastre e proteger as comunidades afetadas, embora a situação permanecesse incerta e preocupante.

O Serviço Geológico do Brasil (SGB, 2019) conduziu estudos baseados em quatro possíveis hipóteses: características geotécnicas dos solos da região e forma de ocupação do bairro; presença de vazios no solo e subsolo decorrentes de causas naturais ou ações antrópicas; estruturas tectônicas ativas na região; e exploração de água subterrânea.

A investigação concluiu que a desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema estava provocando halocinese (movimentação do sal), criando uma situação dinâmica com a reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro, ou seja, a petroquímica Braskem estaria oficialmente associada a um dos principais fatores que levaram à instabilidade do solo daquela região (SGB, 2019, p. 38).

Com a finalidade de oferecer um guia para auxiliar a população das áreas afetadas, minimizando os riscos, a Secretaria de Comunicação Municipal divulgou, em junho de 2019, a primeira versão (das 4 existentes) do Mapa de Setorização de Danos e de Linhas de Ações Prioritárias.

Elaborado pela Defesa Civil municipal, e autorizado pelo SGB (2019), o mapa de 2019 abrangia os bairros afetados pelos tremores, dividindo-os por setores de acordo com a gravidade dos danos, para

orientar a população com medidas de proteção (ALAGOAS 24 HORAS, 2019). Cada setor dos bairros de Pinheiro e Mutange (com criticidade variando de 0.0 a 3.0) era identificado por uma cor, conforme a gravidade dos danos: áreas de erosão, de alto risco, passíveis de alagamento, sujeitas a faturamento, alagamento, expansão de danos e colapso. Ainda, cada área possuía uma recomendação, como realocação de moradores, monitoramento contínuo e alertas constantes (SECOM MACEIÓ, 2019). O mapa tentou mitigar os estragos, mantendo a população atenta aos riscos.

Desde que a exploração de sal-gema teve início, com a Salgema S/A, posteriormente Trikem e, finalmente, Braskem, foram escavadas 35 minas, desencadeando processos geológicos e resultando na subsidência do solo em cinco bairros de Maceió (BARROS FILHO, 2022). Esse processo resultou na criação de cavidades de até 100 metros de altura e 120 metros de diâmetro. Ao longo do tempo, várias minas colapsaram, resultando na movimentação do solo acima delas (VELEDA; ESTRELA, 2021).

As atividades da petroquímica continuaram até 9 de maio de 2019, quando, após a comprovação de sua relação com os tremores, pelo relatório do Serviço Geológico Brasileiro em abril daquele ano (SGB, 2019), a empresa decidiu encerrar a extração e o funcionamento das fábricas em Alagoas. Em nota divulgada pela própria empresa, após publicação do Relatório nº 1 da SGB (2019), a Braskem estaria avaliando os impactos de suas atividades em outras plantas, colaborando com autoridades, reafirmando seu compromisso com a segurança e implementando medidas emergenciais (BRASKEM, 2019).

Com a publicação do primeiro Relatório da SGB (2019), o MPF/AL interpôs uma ação civil pública, com pedido de liminar, contra a Braskem, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Instituto de Meio Ambiente (IMA/AL), exigindo medidas adequadas para paralisar as atividades de exploração de sal-gema no estado (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019c).



Segundo a ação, a Braskem deveria apresentar, em 15 dias, um plano de fechamento dos nove poços em que estudos de sonar foram realizados, e, em 30 dias, realizar estudos dos demais poços, utilizando métodos alternativos, se necessário, com custos arcados pela empresa. A execução do plano de fechamento, após aprovação pela ANM (2023), deveria ser realizada por outra empresa às custas da Braskem. De acordo com o MPF/AL, ela também deveria interromper imediatamente as perfurações dos novos poços. A ANM e o IMA/AL receberam a responsabilidade de monitorar os estudos e a execução do plano de fechamento e cancelar as licenças ambientais para vários poços (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019b).

Essas ações visavam mitigar a insegurança social e ambiental identificada pelos estudos da SGB e proteger a saúde pública e o bem-estar da população dos bairros afetados. Em agosto daquele ano (2019), o MPF obteve uma decisão favorável na Justiça Federal: A sentença judicial de nº 583/2019/SJVM/JFT/4ªVARA/AL determinou que o IMA/AL se abstivesse de licenciar novos poços de sal-gema solicitados pela Braskem em bairros específicos, com a decisão final a ser tomada pelo Juiz.

O MPF/AL (2019), na mesma sentença, discordou do cronograma da Braskem e reafirmou sua posição anterior. O tribunal parcialmente atendeu ao pedido, ordenando ações específicas, como apresentar planos de fechamento de minas. A sentença também estipulou prazos dobrados para respostas das partes, Braskem e ANM, em caso de esclarecimentos, e especificou prazos para respostas a apelações.

A decisão do tribunal de proceder sem mais provas se baseou na plausibilidade das reivindicações do MPF/AL, fundamentadas em normas constitucionais e legais de proteção ambiental, como no Artigo 225 da Constituição da República de 1988, que inclui a exigência de estudos prévios de impacto ambiental, preservação de processos ecológicos essenciais e obrigação de recuperação do meio ambiente degradado por exploradores de recursos minerais.

Em setembro de 2019, a Câmara Municipal de Maceió apresentou o relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI), que investiu a responsabilidade da Braskem pelos danos nos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro. O relatório, com 800 anexos, recomendou o indiciamento civil e criminal do então presidente e vice-presidente da Braskem, do diretor de Relações Institucionais e do diretor de Vinílicos, e pediu a destituição da diretoria da empresa em Alagoas (MILANO, 2019).

O relatório ainda pediu o indiciamento por omissão e negligência dos atuais e antigos diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM) e propôs seu envio à bancada federal para abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que veio a ocorrer em 2024. A CEI também recomendou investigações por Polícia Federal, Polícia Civil, Ministério Público Federal e Estadual.

Em novembro de 2019, a Braskem reportou um prejuízo de R\$888 milhões no terceiro trimestre, um resultado fortemente impactado pela depreciação do real frente ao dólar. Este prejuízo representa uma reversão significativa em relação ao lucro de R\$1,344 bilhão obtido no mesmo período do ano anterior. Este cenário financeiro adverso coincidiu com o anúncio da Braskem, no mesmo mês, sobre o encerramento definitivo da extração de sal-gema em Maceió e o fechamento de seus poços (BRASKEM, 2024).

A proposta da Braskem à Agência Nacional de Mineração (ANM) incluía a criação de uma área de resguardo ao redor de 15 poços, que exigiria a desocupação de 400 imóveis e a realocação de 1.500 pessoas. A empresa também planejava monitorar os outros 20 poços sem necessidade de realocação (BRASIL, 2024).

A decisão de encerrar as operações de extração de sal-gema e implementar medidas de mitigação refletiu uma resposta direta às pressões ambientais e judiciais enfrentadas pela empresa. A Braskem já estava envolvida em ações judiciais que somavam quase R\$40 bilhões pelos supostos prejuízos causados pela mineração em Maceió (INFO-MONEY, 2020). Mesmo não assumindo formalmente a culpa pelos da-





nos geológicos, ela propôs remover as famílias e monitorar as áreas afetadas, como forma de mitigar riscos e responsabilidades.

As ações judiciais e a pressão regulatória exigiram que a empresa tomasse medidas decisivas, como fechar poços e realocar deslocados, implicando custos adicionais e provisões financeiras. Assim, embora a empresa não tenha informado o custo exato das ações de mitigação, estimava-se que ela poderia gastar até R\$400 milhões para deslocar moradores (BARBIERI E BAHNEMANN, 2019).

O final daquele ano veio acompanhado da divulgação, pela Secretaria Nacional da Defesa Civil, de um plano para os bairros afetados (CARDOSO, 2019). O Plano de Ação Integrado (PAI) possuía um levantamento preliminar de estruturas vulneráveis nas áreas de maior risco e a necessidade de retirar residentes de 2.114 imóveis (SANCHES, 2019).

O PAI também mencionou a necessidade de realocar equipamentos públicos, como hospitais, escolas, creches, Centro de Referência Psicossocial (CRA) e alguns pontos privados, como postos de combustíveis. Para áreas com possibilidade de expansão dos processos erosivos, mas que necessitavam de monitoramento, o levantamento apontou 3.934 imóveis na região. Esses documentos apresentavam as áreas que precisavam de evacuação, afetando, naquele momento, cerca de 40 mil habitantes (SANCHES, 2019).

Com isso, a Prefeitura de Maceió anunciou um cronograma para deslocar famílias dos bairros afetados por rachaduras e afundamentos. O plano tinha como meta realocar 500 famílias até a metade do primeiro mês e outras 740 famílias até a metade do segundo mês de 2020 (BRASIL, 2024).

A crise de 2020 a 2022

A partir de 2020, os desdobramentos relacionados ao caso da Braskem assumiram novas e mais complexas facetas, agravando a vida dos moradores dos bairros atingidos. A já difícil situação foi exacerbada pela pandemia de COVID-19, trazendo uma camada adicional de incer-

teza e desafio ao cotidiano dessa população, conforme relata uma deslocada: “[...] 2020 foi um ano muito difícil também, principalmente por uma questão mundial que foi a pandemia, [...] então eu costumo todas as vezes dizer para as pessoas que enquanto a pandemia caía sobre nossas cabeças, a Braskem tirava o nosso chão” (NASCIMENTO, 2023).

No início de janeiro, um Termo de Acordo firmado entre Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL), MPF/AL, Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL) e Braskem estabeleceu obrigações significativas para a empresa no processo de desocupação das áreas de risco. O acordo também concede à Braskem a liberdade de negociar diretamente com os afetados os valores a serem pagos pelos imóveis, permitindo que aqueles que discordassem tomassem as medidas que julgassem apropriadas (BRASKEM, 2019).

Conforme alguns residentes, como Gardênia Nascimento (2023), arquiteta e urbanista, entrevistada para a pesquisa, o *modus operandi* da Braskem envolve um contato inicial, com distribuição de materiais explicativos sobre realocação e indenização e coleta de dados sobre as condições de vida dos respectivos residentes e sobre a estrutura de suas residências. Em seguida, essas pessoas passam por uma longa espera, de meses, sem informação adicional e, subitamente, a petroquímica retoma o contato com proposta de compra das casas, baseada em sua avaliação inicial.

Segundo o advogado Dr. Breno Dantas (2023), a situação é agravada pelo fato de que a avaliação inicial das propriedades frequentemente não leva em conta a depreciação dos imóveis causada pela atividade de extração de sal-gema, que comprometeu a estabilidade do solo, resultando em trincas e fissuras nas construções. Ele destaca que a demora no processo de realocação e indenização exacerba a angústia dos residentes afetados, que acabam aceitando propostas de compensação financeira significativamente inferiores ao valor real de mercado de suas propriedades, apenas para saírem da situação de risco rapidamente.





Após decreto presidencial publicado no mês de março, o país entrou em estado de calamidade pública, devido à pandemia da COVID-19. Com isso, a situação nos bairros afetados se tornou mais complicada. Mesmo diante da emergência sanitária, os problemas relacionados à instabilidade do solo não pararam. Locais de significado profundo na memória das populações foram abandonados devido aos riscos, como o centro de treinamento do clube de futebol Centro Sportivo Alagoano (CSA), que estava localizado no bairro do Mutange há 97 anos (FERNANDES, 2020).

Estruturas essenciais, como a Igreja Batista e o Hospital Psiquiátrico estadual, tiveram de ser desocupadas, exacerbando o impacto social e emocional sobre a comunidade local. Abandonar locais históricos e culturais significa ruptura com o passado e a memória coletiva das comunidades (STURZA, 2020). Assim, a responsabilidade do poder público e da empresa deve ir além das compensações financeiras, garantindo segurança e manutenção desses espaços vitais. Em julho de 2020, o mapa de setorização é atualizado, considerando o avanço no processo de subsidência do solo. Embora a natureza do risco das áreas acrescentadas permanecesse inalterada, a divisão das áreas trouxe recomendações importantes sobre a ampliação da área de criticidade OO (realocação) nos setores afetados. O novo mapa, com recomendações, foi formalmente apresentado e entregue à Braskem e aos órgãos assinantes do Termo de Acordo para Apoio à Desocupação das Áreas de Risco (SECOM MACEIÓ, 2020), que estabelece que a petroquímica será responsável pelos custos relacionados à inclusão de proprietários e residentes afetados no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação. Assim, a empresa deve manter um saldo mínimo de R\$100 milhões em uma conta bancária específica para assegurar a implementação das medidas acordadas. As outras cláusulas e condições do acordo original permanecem inalteradas, exceto aquelas contraditórias com as novas disposições (MPF, 2019b). Ainda em 2020, o Mapa de Setorização de Danos (SECOM MACEIÓ,

2020) ganhou mais duas atualizações, em setembro e em novembro. A versão de setembro, dois meses depois da versão liberada em julho, foi publicada pela Defesa Civil, municipal e nacional, com auxílio técnico do Serviço Geológico Brasileiro. Nessa versão, 1.706 imóveis localizados em Bebedouro foram acrescentados no mapa para realocação. A quarta versão do Mapa, apresentada em novembro para o MPF/AL, pela Defesa Civil, ampliou a área afetada pela subsidência do solo, incluindo mais 1.417 imóveis em áreas de monitoramento e 586 para realocação. Nessa nova versão, as áreas afetadas foram classificadas conforme sua criticidade O0 e O1, que, respectivamente, significam realocação e monitoramento, ao invés de apenas setores de danos (DUARTE, 2020). A partir dessa versão, foi estabelecido um segundo termo aditivo ao Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco, que envolve uma série de órgãos públicos — MP/AL, DPE/AL, MPF/AL, DPU/AL — e a petroquímica Braskem S.A. Nesse documento, estipularam-se acordos com a empresa, principalmente a contratação de uma auditoria externa independente, por outra empresa, sobre a conta bancária relacionada ao segundo acordo (DUARTE, 2020). Devido à insatisfação da população civil com a condução, por parte do poder público, da situação crítica dos bairros, um grupo de residentes afetados iniciou uma ação coletiva no Tribunal Distrital de Roterdã, Holanda, contra a Braskem (BALDOCCHI, 2021). Em 2024, o Tribunal reconheceu sua competência para julgar a ação. As ameaças direcionadas a figuras-chave como Alexandre Sampaio (deslocado e empreendedor na região atingida) e Ricardo Melro (defensor público de Alagoas) destacam a tensão e os perigos enfrentados pelos defensores dos direitos dos deslocados. A Braskem (2024) informou que, dos 14.319 imóveis afetados, 12.426 já haviam sido desocupados. Em agosto de 2022, ela anunciou um lucro líquido de R\$7,4 bilhões no segundo trimestre, enquanto a situação de instabilidade continuava com desabamentos e realocação de residentes e instituições, como a paróquia do Menino Jesus de Praga. Esse lucro substancial, em meio

à crise, exacerbou a percepção de desigualdade e injustiça entre os afetados, deslocados ou não. Em dezembro de 2022, a Câmara Municipal de Maceió aprovou, por unanimidade, um Projeto de Lei do vereador Leonardo Dias, que criava regras para destinar os valores recebidos pelo Município em acordos de indenização com a Braskem. O projeto estipulava que 50% do valor do acordo deveria ser utilizado para compensação financeira de proprietários e moradores dos imóveis desocupados e daqueles que exerciam atividades econômicas nas áreas de risco. 25% deveriam ser investidos em projetos de revitalização no entorno das áreas atingidas, visando preservar a ordem urbanística, o patrimônio histórico-cultural e a memória dos bairros. Os outros 25% seriam utilizados em obras ou serviços nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social com maior *déficit* social do Município (FLORES, 2022). O projeto, contudo, foi vetado pelo prefeito João Henrique Caldas, que alegou inconstitucionalidade. Em troca, a Braskem ficou proprietária dos imóveis públicos da região, conforme o Acordo socioambiental firmado (NASCIMENTO, 2023). O processo de desocupação, indenização e realocação foi marcado por práticas de negociação predatórias, lenta resposta às necessidades dos afetados e uma sensação de desamparo, com atualizações constantes das áreas de risco, demonstrando o agravamento da subsidência do solo da capital alagoana. A recusa de seguradoras em fornecer cobertura para imóveis na área e a resistência do poder público em aprovar medidas de compensação adequada adicionaram mais complexidade à situação. Em resposta, foi instaurada, em Brasília, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem, em dezembro de 2023, a partir do Requerimento nº 952, do Senador Renan Calheiros (BRASIL, 2024). A CPI nasceu para investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da Braskem S.A. decorrente do desastre. Seus objetivos incluíam apurar as causas do desastre, dimensionar os passivos ambientais e sociais, avaliar a adequação das medidas de reparação propostas e implementadas e propor melhorias no arcabouço jurídi-

co de proteção ambiental e gerenciamento de riscos. Houve algumas vitórias significativas, como a homologação de acordos para mitigar o isolamento social e os investimentos em infraestrutura; passos importantes, mas insuficientes. A crise expôs a fragilidade das comunidades diante de desastres e a necessidade de compromisso mais firme de empresas e autoridades para garantir segurança, justiça e preservação do tecido social e cultural das áreas afetadas.

Considerações Finais

A pesquisa sobre os acontecimentos em decorrência do desastre em Maceió evidencia impactos profundos e multifacetados sobre a comunidade local, resultante da exploração inconsequente e ambiciosa do minério sal-gema. A partir de uma análise cronológica, iniciada na década de 1940 e intensificada com a formação da Braskem em 2002, demonstrou-se como práticas industriais podem gerar instabilidades geológicas significativas, culminando em deslocamentos internos ambientais de grande escala.

A fase inicial do desastre, marcada por rachaduras e tremores de terra, revelou a fragilidade do solo e a necessidade urgente de deslocamento de pessoas. Entrevistas com deslocados e análise de documentos oficiais mostraram a complexidade das respostas institucionais e a inadequação das primeiras medidas de compensação. A crise foi exacerbada pela pandemia de COVID-19, dificultando os esforços de estabilização e realocação.

Apesar da implementação de acordos de indenização, muitos residentes afetados ainda enfrentam desafios significativos. A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem em 2023 (BRASIL 2024) foi crucial para aprofundar a investigação sobre as responsabilidades da empresa e buscar justiça. Contudo, mecanismos legais existentes provaram ser insuficientes para garantir uma reparação completa e justa.

Esta pesquisa destacou a necessidade urgente de desenvolver um regime jurídico mais robusto para proteger deslocados internos am-



bientais, conforme Pacífico (2022). O caso de Maceió serve como alerta sobre riscos associados à exploração de recursos naturais e necessidade de políticas públicas que priorizem a segurança e o bem-estar das comunidades. Este estudo contribui para o debate sobre deslocados internos ambientais e sublinha a importância de um compromisso mais firme de empresas e autoridades para garantir a segurança, a justiça e a preservação do meio ambiente.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **ANM divulga perguntas e respostas sobre atuação no caso Braskem**. [Brasília, DF]: ANM, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/anm-divulga-perguntas-e-respostas-sobre-atuacao-no-caso-braskem>. Acesso em: 13 out. 2024.

ALAGOAS 24 HORAS. **Prefeitura divulga mapa de setorização de danos no Pinheiro, Mutange e Bebedouro**. Alagoas 24 Horas, Maceió, 7 jun. 2019. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/1230797/prefeitura-divulga-mapa-de-setorizacao-de-danos-no-pinheiro-mutange-e-bebedouro/>. Acesso em: 13 out. 2024.

BALDOCCHI, Gabriel. **Moradores de Maceió entram com ação contra Braskem na Holanda**. UOL, 15 fev. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/02/15/moradores-de-maceio-entram-com-acao-contra-braskem-na-holanda--.htm>. Acesso em: 13 out. 2024.

BARBIERI, Cristiane; BAHNEMANN, Wellington. **Braskem encerra extração de sal-gema em Alagoas, alvo de disputa judicial de R\$ 40 bi**. Estadão, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/braskem-encerra-extracao-de-sal-em-alagoas-alvo-de-disputa-judicial-de-r-40-bi/>. Acesso em: 13 out. 2024.

BARROS FILHO, José Roberto Galdino de. **Análise sobre os impactos da atividade extrativa mineral de sal-gema em Maceió/AL**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

BARROS FILHO, José Roberto Galdino de; LUDEMANN, Marta da Silveira. **A indústria mineral de sal-gema e a formação da cidade de Maceió-AL**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 15., 2021, Online. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2021.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem. **Relatório final**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2642/mna/relatorios>. Acesso em: 13 out. 2024.

BRASKEM. **Braskem e Globo incentivam descarte correto do lixo em parceria inédita no BBB23**. Braskem, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/detalhe-noticia/braskem-e-globo-incentivam-descarte-correto-do-lixo-em-parceria-inedita-no-bbb23>. Acesso em: 13 out. 2024.

BRASKEM. **Braskem: perfil e história**. Braskem, 2024. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/perfil>. Acesso em: 13 out. 2024.

BRASKEM. **Paralisação das atividades em Alagoas**. Braskem, 2019. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/news-detail/paralisacao-das-atividades-em-alagoas>. Acesso em: 13 out. 2024.

CARDOSO, Letícia. **Defesa Civil elabora plano de emergência para o bairro do Pinheiro**. TNH1, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/defesa-civil-elabora-plano-de-emergencia-para-o-bairro-do-pinheiro/>. Acesso em: 13 out. 2024.

CAVALCANTE, Joaldo. **Salgema: do erro à tragédia**. Maceió: CESMAC, 2020.

DANTAS, Breno. Entrevista [26 de dezembro de 2023]. Entrevistador: Andrea Pacheco Pacífico e Paulo Renato Rodrigues de Melo. Maceió, 2023. Entrevista concedida para a pesquisa “Deslocados internos ambientais de Maceió, Brasil (2018-2023)”.

DUARTE, Flávia. **Mapa de ações prioritárias é atualizado e amplia área de monitoramento**. Prefeitura de Maceió, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/mapa-de-acoes-prioritarias-e-atualizado-e-amplia-area-de-monitoramento>. Acesso em: 13 out. 2024.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE ALAGOAS (FECOMÉRCIO). **95% dos empresários do Pinheiro perderam receita**. Fecomércio, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://www.fecomercio-al.com.br/2019/02/95-dos-empresarios-do-pinheiro-perderam-receita/>. Acesso em: 13 out. 2024.

FERNANDES, Bruno. **Vítima de desastre ambiental, CSA faz acordo e deixa CT depois de 97 anos**. UOL, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/03/27/csa-se-despede-do-centro-de-treinamento-apos-97-anos.htm>. Acesso em: 13 out. 2024.



FLORES, Gabriela. **Câmara aprova PL de Leonardo Dias que destina 50% do valor do acordo da Braskem com Prefeitura para moradores.** Cadaminuto, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2022/12/21/camara-aprova-pl-de-leonardo-dias-que-destina-50-do-valor-do-acordo-da-braskem-com-prefeitura-para-moradores>. Acesso em: 13 out. 2024.

FONSECA E SILVA, José Roberto. Entrevista [6 de janeiro de 2024]. Entrevistador: Andrea Pacheco Pacífico e Paulo Renato Rodrigues de Melo. Maceió, 2024. Entrevista concedida para pesquisa “Deslocados internos ambientais de Maceió, Brasil (2018-2023)”.

FRAGOSO, Elias. **Caso Braskem: a catarse de Maceió.** O Extra, 1 dez. 2023. Disponível em: <https://ojornalextra.com.br/opiniao/artigos-de-elias-fragoso/2023/12/1063-caso-braskem-a-catarse-de-maceio>. Acesso em: 13 out. 2024.

GALINDO, Abel. Entrevista [6 de janeiro de 2024]. Entrevistador: Andrea Pacheco Pacífico e Paulo Renato de Melo. Maceió, 2024. Entrevista concedida para a pesquisa “Deslocados internos ambientais de Maceió, Brasil (2018-2023)”.

GUSTAVO, Derek; RODRIGUES, Cau. **O que se sabe sobre as rachaduras no Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, em Maceió.** G1, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/01/17/o-que-se-sabe-sobre-as-rachaduras-no-bairro-do-pinheiro-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 13 out. 2024.

INFOMONEY. **Braskem tem prejuízo de R\$ 2,79 bilhões em 2019; Gerdau abafará forno em Minas e mais destaques.** InfoMoney, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/braskem-tem-prejuizo-de-r-279-bilhoes-em-2019-gerdau-abafara-forno-em-minas-e-mais-destaques/>. Acesso em: 13 out. 2024.

MACEIÓ. Secretaria de Comunicação de Maceió (SECOM). **Pinheiro e região: mapa de setorização é atualizado e amplia área de realocação.** TNH1, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/pinheiro-e-regiao-mapa-de-setorizacao-e-atualizado-e-amplia-area-de-realocacao/>. Acesso em: 13 out. 2024.

MACEIÓ. Secretaria de Comunicação de Maceió (SECOM). Prefeitura de Maceió divulga mapa de Setorização de Danos e de Linhas de Ações Prioritárias. Painel Notícias, 07 jun. 2019. Disponível em: <https://painelnoticias.com.br/geral/153487/prefeitura-de-maceio-divulga-mapa-de-setorizacao-de-danos-e-de-linhas-de-acoes-prioritarias>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MADEIRO, Carlos. **Paredes racham, solo afunda e bairro tenta achar anomalia no solo em Maceió**. UOL, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/12/11/rachaduras-pinheiro-maceio-alagoas-prefeitura-emergencia.htm>. Acesso em: 13 out. 2024.

MARQUES, José Geraldo. [15 de janeiro de 2024]. Entrevistador: Andrea Pacheco Pacífico e Paulo Renato Rodrigues de Melo. Maceió, 2024. Entrevista concedida para a pesquisa. “Deslocados internos ambientais de Maceió, Brasil (2018-2023)”.

MILANO, Luciano. **CEI encerra trabalhos e pede indiciamento da diretoria da Braskem**. Câmara Municipal de Maceió, 2019. Disponível em: <https://www.maceio.al.leg.br/noticia/cei-encerra-trabalhos-e-pede-indiciamento-da-diretoria-da-braskem-23-09-2019-16-10-276>. Acesso em: 13 out. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). MPF acompanha situação de tremor de terra em bairros de Maceió (AL). [S.l.]: Jusbrasil, 2019a. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mpf-acompanha-situacao-de-tremor-de-terra-em-bairros-de-maceio-al/663799490>. Acesso em: 13 out. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **MPF acompanha simulado de evacuação no bairro do Pinheiro, em Maceió (AL)**. Brasília, DF: MPF, 2019b. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mpf-acompanha-simulado-de-evacuacao-no-bairro-do-pinheiro-em-maceio-al>. Acesso em: 13 out. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **MPF aciona Braskem para paralisação responsável de suas atividades em Alagoas**. Brasília, DF: MPF, 2019c. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mpf-aciona-braskem-para-paralisacao-responsavel-de-suas-atividades-em-alagoas>. Acesso em: 13 out. 2024.

NASCIMENTO, Gardênia. Entrevista [9 de janeiro de 2023]. Entrevistador: Andrea Pacheco Pacífico e Paulo Renato Rodrigues de Melo. Maceió, 2023. Entrevista concedida para a pesquisa “Deslocados internos ambientais de Maceió, Brasil (2018-2023)”.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, v. 1, n. 1, p. 103-112, 2004.ç

PACÍFICO, Andrea Pacheco. **Environmentally Internally Displaced Persons in the Northeastern Backlands of Brazil: A Case Study**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2022.



PACÍFICO, Andrea Pacheco; GAUDÊNCIO, Marina Ribeiro Barboza. A proteção dos deslocados ambientais no regime internacional dos refugiados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, DF, v. 22, n. 43, p. 133-148, 2014.

PRADINES, Milton. Entrevista [9 de janeiro de 2024]. Entrevistador: Andrea Pacheco Pacífico e Paulo Renato Rodrigues de Melo. Maceió, 2024. Entrevista concedida para a pesquisa “Deslocados internos ambientais de Maceió, Brasil (2018-2023)”.

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão; CALLOU, Manuela Rau de Almeida; LEITE, Sandra Nunes. **Entre rachaduras: a construção do ethos da responsabilidade social e ambiental no discurso organizacional da Braskem**. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, 17., 2023, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Abrapcorp, 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Estudo-Entre-rachaduras.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.

SAMPAIO, Alexandre. Entrevista [10 de janeiro de 2022]. Entrevistador: Andrea Pacheco Pacífico e Paulo Renato Rodrigues de Melo. Maceió, 2022. Entrevista concedida para a pesquisa “Deslocados internos ambientais de Maceió, Brasil (2018-2023)”.

SANCHES, Carolina. **Documento oficial aponta casas, hospitais e escolas de Maceió com prioridade de realocação por causa das rachaduras**. G1, 4 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/12/04/documento-oficial-aponta-casas-hospitais-e-escolas-de-maceio-com-prioridade-de-realocacao-por-causa-das-rachaduras.ghhtml>. Acesso em: 13 out. 2024.

SANTOS, Erianne. **Para além das rachaduras: as ações da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental no bairro do Pinheiro em Maceió-AL**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB). **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL): Ação emergencial no bairro Pinheiro**. Volume I. Relatório Síntese dos Resultados nº 1. Brasília, DF: SGB, 2019. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/bitstream/doc/21133/1/relatoriosintese.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.

SILVA, Raphaelly Maria dos Santos. **Antiga Vila de São Pedro, o Pontal da Barra, além do artesanato Filé, é um lugar de resistência e identidade**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

STURZA, José Adolfo Iriam. O resgate e a importância do conceito lugar na geografia em tempos de pandemia. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 15, n. 28, p. 9–30, 2020.

VELEDA, Raphael; ESTRELA, Igo. **Afundamento de Maceió provoca êxodo urbano de 55 mil pessoas**. Metrôpoles, 23 maio 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/afundamento-de-maceio-provoca-exodo-urbano-de-55-mil-pessoas>. Acesso em: 13 out. 2024.

Notas

- 1 A pesquisa foi financiada pelo CNPq.
- 2 Doutora em Ciências Sociais (PUC/SP). Professora associada do Curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde é coordenadora fundadora do Núcleo de Estudo e pesquisa sobre Deslocados Ambientais (NEPDA). Pesquisadora colaboradora plena no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGECsA) da Universidade de Brasília. Pesquisadora Associada Senior do Refugee Law Initiative da Universidade de Londres. Orcid nº 0000-0002-2744-7166. E-mail: apacifico@servidor.uepb.edu.br
- 3 Graduando em Relações Internacionais na UEPB, membro do NEPDA e pesquisador bolsista (PIBIC) na pesquisa que originou este artigo. Orcid nº 0009-0001-3469-7091. E-mail: paulo.rodrigues@aluno.uepb.edu.br.
- 4 Graduanda em Relações Internacionais na UEPB, membro do NEPDA e pesquisadora voluntária (PIBIC) na pesquisa que originou este artigo. Orcid nº 0009-0004-5904-6887. E-mail: raquel.timoteo@aluno.uepb.edu.br



